

MACROECONOMIA

Desafios económicos avolumam-se, mas fundos ajudam

Fundos europeus serão determinantes para a recuperação das finanças públicas nacionais, que apesar da dimensão da crise deverão aguentar o embate, defendem os economistas contactados pelo JE.

ÂNIA ATAÍDE
 ataide@jornaleconomico.pt

Crentes de que as finanças públicas portuguesas aguentarão o embate da crise económica mais profunda da história da democracia - mas que atinge todos os países -, os economistas consultados pelo Jornal Económico apontam, entre os principais desafios de Portugal nos próximos anos, para a necessidade de um aumento da produtividade e a alocação dos fundos que chegarão da União Europeia aos setores que potenciem a transformação da economia.

"Aumento da produtividade, incentivo da poupança e luta contra a corrupção", enumera António Bagão Félix, antigo ministro das Finanças, questionado sobre os desafios económicos que o país irá enfrentar. Essa assertividade é partilhada por João Duque, catedrático do ISEG, que a par da necessidade de um "crescimento com produtividade", diz que o caminho deve passar pelos "setores de elevado valor acrescentado e dirigido a uma economia digital, verde e sustentável, com elevado investimento direcionado para aí, de modo a promover o que se deseja".

O bastonário da Ordem dos Economistas, Rui Leão Martinho, identifica, no entanto, diferentes desafios no futuro próximo e a longo termo. "No curto prazo, o principal desafio que se põe a Portugal, após este período de confinamento e a um longo período de estagnação económica, é conseguir relançar a economia enfrentando toda a incerteza ainda existente", aponta, considerando que "num plano de médio/longo prazo, permanecem os desafios ao nível da qualificação e retenção do talento dos portugueses, a natalidade e a tendência de alteração da pirâmide etária e os desafios que dela advêm [Segurança Social]".

"As desigualdades, quer a nível social ou territorial, terão de ser

minimizadas, mantendo a coesão social e a solidariedade que têm caracterizado o regime em que vivemos", sublinha.

Para Pedro Braz Teixeira, diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, ao desafio de "sair da recessão associada à pandemia actual e realizar as transformações que esta suscita", associa-se "o desafio ignorado nas duas últimas décadas": a "estagnação económica relativa, sobretudo visível no confronto com a Europa de Leste".

Fraca tesouraria das PME continua a ser desafio

As fragilidades de tesouraria das pequenas e médias empresas, que constituem a maior parte do tecido empresarial português, continua a ser um dos desafios económicos identificados por Pedro Brinca, professor da Nova School of Busi-

ness and Economics. "Têm tipicamente poucas disponibilidades de tesouraria e estão especialmente vulneráveis a quebras de fluxos de caixa", assinala, alertando que as moratórias fiscais e de crédito, bem como programas de *lay-off* "podem permitir a muitas destas empresas que sobrevivam no curto prazo", no entanto, "a dívida subsiste se o atraso na implementação de alguns programas de apoio bem como o eventual *phase-out* de muitas destas medidas não irão pôr em causa a sobrevivência de muitas destas empresas".

"Há que lembrar também que a predominância de pequenas e médias empresas com poucas disponibilidades de tesouraria pode levar a um fenómeno de falências em cadeia de muitas empresas, por atrasos nos prazos de pagamento que, em Portugal, são tradicionalmente muito elevados e onde o Estado é dos maiores prevaricadores", assinala. É neste sentido que diz que conseguir "evitar a destruição de emprego e empresas neste segmento será sem dúvida dos maiores desafios da economia portuguesa para os próximos tempos".

Fundos europeus ajudarão finanças públicas a sobreviver

Os economistas não têm dúvidas que o impacto da crise será forte, com Rui Leão Martinho a classificá-los mesmo como "abissais", mas consideram que as finanças públicas deverão recuperar, com os fundos europeus a permitirem esbater alguns dos efeitos.

"A Covid-19 veio assim interromper o recente período positivo que a economia portuguesa atravessava. Todavia, esse mesmo caminho deverá ser recuperado após a resolução da actual situação", vincia o bastonário da Ordem dos Economistas. "Com base na génese da actual crise, o caminho de resolução deverá passar pelo relançar das economias. Para tal vão ser disponibilizados recursos, a fundo perdido ou através de empréstimos

que deverão ser contabilizados à parte das despesas e receitas dos orçamentos de cada país", acrescenta, afirmando que ao se evitar "desperdícios" e privilegiar "o que pode contribuir para o desenvolvimento e crescimento", as finanças dos vários países "poderão enfrentar este longo período que se avizinha com confiança e expectativa de virem a criar uma economia sustentada".

Para Pedro Brinca, a estabilidade das finanças públicas irá estar dependente "necessariamente" do apoio das instituições europeias, quer através de "garantias explícitas ou implícitas".

"Não creio que isto se vá constituir num problema fundamental num futuro próximo, dado que Portugal estava numa situação de orçamento equilibrado antes da epidemia e, portanto, é relativamente fácil mostrar que défices que necessariamente virão serão essencialmente conjunturais e associados à crise, não tanto estruturais", refere.

O professor universitário defende ainda a existência de outras economias europeias "que terão problemas de finanças públicas mais graves", como Itália. "Haverá condições políticas de apoio à estabilização das finanças públicas, bem como uma política ativa de apoio do Banco Central Europeu. Aliás, uma pequena hesitação de Lagarde por parte do BCE nesses mesmos apoios a 12 de março levou os juros da dívida soberana de países como França, Espanha, Portugal e Itália a disparar e "obrigou" Lagarde apenas quatro dias depois a lançar um programa de apoio cerca de sete vezes maior", frisa.

João Duque, que se revela especialmente crítico da gestão do Governo nos últimos anos, a quem acusa de "desprezar a dívida e só se focar no défice", considera que as finanças públicas aguentarão "se a crise for suportada pelos portugueses com menos apoio do que necessitariam".



É também neste sentido que Braz Teixeira defende que "o ponto não é se as finanças públicas vão aguentar, mas sim se a sociedade vai aguentar".

"Chegámos à crise com finanças frágeis (dívida muito elevada) e muito rígidas (mais despesa corrente e menos investimento público). Isto significa que a margem para as finanças públicas ajudarem a sociedade é muito limitada", diz, vincando que a dívida continuará a subir significativamente, "mas as perspetivas sobre as taxas de juro são tão baixas que não é provável que haja problemas de sustentabilidade, pelo menos no curto prazo".

Bagão Félix mostra-se ligeiramente mais reticente e assinala que tudo dependerá da evolução da pandemia, uma vez que "os défices vão ainda permanecer e a dívida pública vai aumentar", mas defende que Portugal deverá potenciar a utilização dos fundos europeus para criar "condições para